



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

**Informação nº 49/2020 – SEGEM/DIGEM2**

Brasília (DF), 03 de julho de 2020.

**Processo nº:** 6125/2016-e.  
**Jurisdicionada:** Departamento de Estradas de Rodagem do DF / DER  
**Assunto:** Monitoramento do Cumprimento de Decisão.  
**Ementa:** Auditoria Operacional. Decisão nº 2476/2014. Determinações. Diligência. Decisão nº 2910/2015. Autoriza monitoramento. Decisão nº 99/2017. 1º Monitoramento. 80% não implementadas. Reiteração. Autoriza novo Monitoramento. Decisão nº 2771/2019. 2º Monitoramento. Reiteração. Autoriza novo Monitoramento. Diligências. Nesta fase: Análise de Diligência. Pelo cumprimento. Autorização para novo monitoramento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Monitoramento de Auditoria Operacional realizada no âmbito do Processo nº 23126/2011 que avaliou as atividades de conservação dos pavimentos das rodovias distritais sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF).

**I. ANTECEDENTES**

2. Em 2013 foi realizada Auditoria Operacional no DER/DF, cujo objeto abrangeu as rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF), que conta, desde sua atualização em 2018, com aproximadamente 1.919,7 km de rodovias<sup>1</sup>.

3. As conclusões desta Corte apontaram, em síntese, desconhecimento do quantitativo e do estado de conservação das rodovias sob responsabilidade do DER; deficiência na execução do monitoramento e registro da situação das rodovias; falta de planejamento das atividades de conservação, trabalhando de forma reativa; e ausência de balanças ou postos de pesagem.

4. Assim, foram evidenciados 06 Achados de Auditoria, a saber:

**Tabela 1: Achados de Auditoria – Processo nº 23126/2011**

Achado	Descrição
1	Inexistência de sistema de gerenciamento integrado com metodologia padronizada para fins de monitoramento e avaliação do estado de conservação de rodovias
2	A proposta orçamentária do DER/DF é elaborada sem a utilização de ferramentas gerenciais que permitam o levantamento objetivo da demanda anual por serviços de conservação rodoviária
3	O DER/DF não elabora os planos e programações necessários para a conservação dos pavimentos rodoviários

<sup>1</sup> Informação de junho/2019, conforme Relatório do 2º Monitoramento (peça 40, e-doc 0DFDB535-e).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

Achado	Descrição
4	Não constatação pelo DER/DF da existência de defeitos em rodovias que se encontram no prazo de garantia de construção, e consequente ausência de notificação das empresas construtoras para realização dos reparos necessários
5	Inexistência de balanças, postos de pesagem e procedimentos para fiscalização de peso dos veículos que trafegam nas rodovias administradas pelo DER/DF
6	Inviabilidade econômica e falta de efetividade das operações de tapa-buracos em rodovias com ciclo de vida útil esgotado

**Fonte:** Relatório Final de Auditoria (eDOC BA1F8223).

5. Avaliada a questão, o Tribunal prolatou a Decisão nº 2476/2014<sup>2</sup>:

*“(…)*

*II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*

*a) implementação de inventário completo dos elementos geradores de serviços de conservação, mantendo registro atualizado e sistemático de todos os elementos (Achado 01);*

*b) adoção de procedimentos padronizados para a realização do monitoramento do estado de conservação das rodovias, bem como para o registro formal e permanente das falhas detectadas no pavimento e das intervenções realizadas (Achado 01 e 06);*

*c) implantação de metodologia única e abrangente para a realização de avaliações objetivas, consistentes e periódicas do estado de conservação das rodovias do SRDF, permitindo verificar o histórico do estado de conservação das rodovias e identificar o rol de rodovias cujo ciclo de vida útil já foi ultrapassado ou encontra-se próximo do seu final, além de manter relação atualizada do grau de serventia das rodovias (Achado 01 e 06);*

*d) apropriação dos serviços de conservação rodoviária, permitindo apurar todos os recursos materiais, humanos e equipamentos utilizados nas atividades de conservação, possibilitando efetivar um controle gerencial dos custos com conservação de cada trecho e do tempo de serviço demandado em cada intervenção, bem como avaliar a vantajosidade da execução de serviços de conservação frente à reparação/reconstrução, de modo a auxiliar a tomada de decisões estratégicas e a elaboração do planejamento orçamentário da entidade (Achado 01, 02 e 06);*

*e) implementação de um sistema de gerenciamento integrado das rodovias que permita o cadastramento informatizado do inventário, os registros das atividades de monitoramento e a avaliação do estado de conservação das rodovias, conduzindo à tomada de decisão e à priorização das atividades com base em critérios técnicos e objetivos (Achado 01);*

*f) elaboração de Plano de Trabalho Anual de Conservação, com base nos procedimentos a seguir delineados, de modo a orientar a atuação da entidade e subsidiar o planejamento orçamentário anual (Achados 02, 03 e 06):*

*1) diagnóstico das demandas de conservação rodoviária, por meio da definição da quantidade de trabalho que se pretende aplicar durante o ano a cada elemento constante do inventário (níveis de esforço);*

*2) avaliação da vantajosidade da intervenção conservativa frente à realização de restauração ou recuperação da rodovia, nos moldes dos procedimentos mapeados no fluxograma 3 do Relatório Final de Auditoria;*

*3) identificação dos custos unitários, possibilitando a estimativa de gastos anual para realização do plano de conservação;*

<sup>2</sup> Peça 44 do Processo nº 23126/2011 – eDOC 8047116D.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

*g. estruturação e instalação de postos de pesagem visando à implementação da fiscalização dos veículos que trafegam nas rodovias do Distrito Federal (Achado 05);*

*III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que, doravante:*

*a) elabore programação operacional das atividades de conservação (mensal e semanal) formalmente registrada, contendo informações referentes aos responsáveis, recursos necessários, prazos e locais de realização dos trabalhos (Achado 03);*

*b) promova fiscalização periódica e tempestiva em trechos de pavimentos rodoviários submetidos à construção ou reparação por terceiros, que ainda estejam no prazo de garantia legal da obra, visando à detecção de eventuais falhas ou defeitos, para fins de notificação tempestiva das empresas construtoras e devida reparação das falhas sem custo adicional para o Estado, e, em caso de intervenções emergenciais efetuadas por administração direta do DER/DF, seja realizada a devida apropriação dos custos dos serviços para fins de cobrança dos valores junto à empresa responsável pela obra (Achado 04);*

*c) promova fiscalização complementar da pesagem de veículos por meio de informações declaradas em nota fiscal (Achado 05);*

*IV – determinar, também, ao Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal, que:*

*a) no prazo de 90 dias, elabore e encaminhe ao Tribunal plano de ação para implementação das determinações constantes do item II, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório de Auditoria;*

*b) instaure tomada de contas especial em razão dos prejuízos decorrentes das despesas arcadas pela autarquia com a correção de defeitos e falhas de construção de rodovias no período de garantia dos pavimentos, conforme apontado no parágrafo 217 do Relatório Final de Auditoria; “*

6. Atendidas as diligências da Decisão nº 2476/2014, foi autorizado<sup>3</sup> monitoramento para avaliação do grau de cumprimento das deliberações, que passou a ser tratado no Processo nº 6125/2016.

7. Em junho/2016 foi executado o 1º Monitoramento, onde observou-se certo avanço, com destaque à edição do Manual de Planejamento e Procedimentos das Atividades de Conservação Rodoviária Executadas pelos Distritos Rodoviários do DER-DF e as vistorias periódicas das obras rodoviárias em garantia, com notificação dos contratados para realização de reparos.

**Figura 1: Resumo da situação encontrada no 1º Monitoramento da Decisão nº 2476/2014**

Situação	Cumprida ou Implementada	Parcialmente cumprida ou Parcialmente implementada	Não cumprida ou Não implementada	Total
Itens da Decisão monitorada	III.b, III.c	II.a, II.b, II.c, II.d, II.e, II.f	II.g; III.a	
Quantidade	2	6	2	10
Percentual	20%	60%	20%	100%

**Fonte:** Relatório de Monitoramento (Peça 10 - eDOC C74325F9-e).

<sup>3</sup> Decisão nº 2910/2015 (Peça 54 do Processo nº 23126/2011 – eDOC 44D0F340).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

8. Ao avaliar os resultados do 1º Monitoramento, a Corte prolatou a Decisão nº 99/2017<sup>4</sup>, que, além de reiterar boa parte das determinações originais da Decisão nº 2476/2014 e autorizar a continuidade do monitoramento, acrescentou:

“(…)

*III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que realize revisão do Manual de Planejamento e Procedimentos das Atividades de Conservação Rodoviária, de modo a inserir previsão para a execução periódica, em períodos inferiores a um ano, dos procedimentos formais de monitoramento das rodovias, com vistas ao pleno atendimento do item II.b da Decisão nº 2.476/14;*

*IV – recomendar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que adote medidas alternativas para fiscalização do peso dos veículos, enquanto não implantados os postos de pesagem;”*

9. O 2º Monitoramento se deu em abril/2019, onde constatou-se a adoção de algumas medidas visando o atendimento das Decisões nº 2476/2014 e 99/20107.

10. Destacou-se a implantação do Sistema de Administração da Manutenção (SAM), visando o gerenciamento das atividades de conservação rodoviária, e o inventário dos elementos geradores de serviços de conservação. Outro Sistema, o de Gerência de Pavimentos (SGP), que incluirá inventário rodoviário mais detalhado, estava na fase de definição de requisitos pelos servidores.

11. Em que pese os avanços, a metodologia única e abrangente para a realização de avaliações do estado de conservação de rodovias não estava implantada. Ademais, as programações operacionais (semanal e mensal) que deveriam ser elaboradas antes do início do período de execução, limitavam-se a cadastrar os serviços do dia.

**Figura 2: Resumo da situação encontrada no 2º Monitoramento da Decisão nº 2476/2014**

Situação	Cumprida ou Implementada	Parcialmente cumprida ou Parcialmente implementada	Não cumprida ou Não implementada	Total
<b>Itens da Decisão monitorada</b>	II.d e II.e da Decisão 2476/2014 III da Decisão 99/2017	II.a, II.b, II.c, II.f, III.a, III.c da Decisão 2476/2014	II.g da Decisão 2476/2014 e IV da Decisão 99/2017	
<b>Quantidade</b>	3	7	2	12
<b>Percentual</b>	25,0%	58,3%	16,7%	100%

**Fonte:** Relatório de Monitoramento (Peça 40 - eDOC 0DFDB535-e).

12. Da análise do 2º Monitoramento resultou a Decisão nº 2771/2019<sup>5</sup>, que, adicionalmente à reiteração dos itens da Decisão nº 2476/2014, determinou o cumprimento da seguinte diligência, objeto desta fase processual:

“(…)

*IV – reiterar ao titular do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal –DER/DF os itens “II.b”, “II.f”, “II.g”, “III.a” e “III.c” da Decisão nº 2.476/2014, uma vez que ainda não foram integralmente cumpridos, dando conhecimento ao Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), das providências adotadas;”*

<sup>4</sup> Peça 18 - eDOC B48BAEA7-e.

<sup>5</sup> Peça 45 - eDOC 244B4D05-e.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

13. A situação dos itens da Decisão nº 2476/2014 segue resumida:

**Tabela 2: Situação dos itens da Decisão nº 2476/2014**

<b>II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:</b>	
a) implementação de inventário completo dos elementos geradores de serviços de conservação, mantendo registro atualizado e sistemático de todos os elementos (Achado 01);	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 2771/2019, III.a – Nova Determinação
b) adoção de procedimentos padronizados para a realização do monitoramento do estado de conservação das rodovias, bem como para o registro formal e permanente das falhas detectadas no pavimento e das intervenções realizadas (Achado 01 e 06);	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b - Parcialmente Cumprida <b>Decisão nº 2771/2019, IV - Reiterada</b>
c) implantação de metodologia única e abrangente para a realização de avaliações objetivas, consistentes e periódicas do estado de conservação das rodovias do SRDF, permitindo verificar o histórico do estado de conservação das rodovias e identificar o rol de rodovias cujo ciclo de vida útil já foi ultrapassado ou encontra-se próximo do seu final, além de manter relação atualizada do grau de serventia das rodovias (Achado 01 e 06);	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 2771/2019, III.b – Nova Determinação
d) apropriação dos serviços de conservação rodoviária, permitindo apurar todos os recursos materiais, humanos e equipamentos utilizados nas atividades de conservação, possibilitando efetivar um controle gerencial dos custos com conservação de cada trecho e do tempo de serviço demandado em cada intervenção, bem como avaliar a vantajosidade da execução de serviços de conservação frente à reparação/reconstrução, de modo a auxiliar a tomada de decisões estratégicas e a elaboração do planejamento orçamentário da entidade (Achado 01, 02 e 06);	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.a - Cumprida
<b>II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:</b>	
e) implementação de um sistema de gerenciamento integrado das rodovias que permita o cadastramento informatizado do inventário, os registros das atividades de monitoramento e a avaliação do estado de conservação das rodovias, conduzindo à tomada de decisão e à priorização das atividades com base em critérios técnicos e objetivos (Achado 01);	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.a - Cumprida
f) elaboração de Plano de Trabalho Anual de Conservação, com base nos procedimentos a seguir delineados, de modo a orientar a atuação da entidade e subsidiar o planejamento orçamentário anual (Achados 02, 03 e 06): 1) diagnóstico das demandas de conservação rodoviária, por meio da definição da quantidade de trabalho que se pretende aplicar durante o ano a cada elemento constante do inventário (níveis de esforço); 2) avaliação da vantajosidade da intervenção conservativa frente à realização de restauração ou recuperação da rodovia, nos moldes dos procedimentos mapeados no fluxograma 3 do Relatório Final de Auditoria; 3) identificação dos custos unitários, possibilitando a estimativa de gastos anual para realização do plano de conservação;	Decisão nº 99/2017, II.b - Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b - Parcialmente Cumprida <b>Decisão nº 2771/2019, IV - Reiterada</b>
g) estruturação e instalação de postos de pesagem visando à implementação da fiscalização dos veículos que trafegam nas rodovias do Distrito Federal (Achado 05);	Decisão nº 99/2017, II.c – Não Atendida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.c - Não Atendida <b>Decisão nº 2771/2019, IV - Reiterada</b>





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

<b>III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que, doravante:</b>	
a) elabore programação operacional das atividades de conservação (mensal e semanal) formalmente registrada, contendo informações referentes aos responsáveis, recursos necessários, prazos e locais de realização dos trabalhos (Achado 03);	Decisão nº 99/2017, II.c – Não Atendida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b – Parcialmente Cumprida <b>Decisão nº 2771/2019, IV - Reiterada</b>
b) promova fiscalização periódica e tempestiva em trechos de pavimentos rodoviários submetidos à construção ou reparação por terceiros, que ainda estejam no prazo de garantia legal da obra, visando à detecção de eventuais falhas ou defeitos, para fins de notificação tempestiva das empresas construtoras e devida reparação das falhas sem custo adicional para o Estado, e, em caso de intervenções emergenciais efetuadas por administração direta do DER/DF, seja realizada a devida apropriação dos custos dos serviços para fins de cobrança dos valores junto à empresa responsável pela obra (Achado 04);	Decisão nº 99/2017, II.a – Cumprida
c) promova fiscalização complementar da pesagem de veículos por meio de informações declaradas em nota fiscal (Achado 05);	Decisão nº 99/2017, II.b – Parcialmente Cumprida Decisão nº 99/2017, V - Reiterada Decisão nº 2771/2019, II.b – Parcialmente Cumprida <b>Decisão nº 2771/2019, IV - Reiterada</b>

**Fonte:** Decisões nº 2476/2014; 99/2017 e 2771/2019

14. Essa fase processual, trata do cumprimento da diligência do item IV, da Decisão nº 2771/2019, que corresponde aos itens “II.b”, “II.f”, “II.g”, “III.a” e “III.c” da Decisão nº 2.476/2014. Serão abordados, adicionalmente, os itens “II.a” e “II.c” da Decisão nº 2.476/2014 e “IV” da Decisão nº 99/2017.

## **II. DA MANIFESTAÇÃO DA JURISDICIONADA**

14. Alheio ao conteúdo das manifestações do DER, importa destacar a forma de apresentação de suas respostas à diligência do item IV, da Decisão nº 2771/2019.

15. Foram encaminhadas a esta Corte **14 (quatorze) documentos** diferentes, sendo que, 8 (oito) deles tratam de comunicação interna da Jurisdicionada ou de simples encaminhamento de outros documentos, conforme ilustra a tabela a seguir:

**Tabela 3: Documentos encaminhados pelo DER/DF**

peça	eDOC	Documento	Destinatário	Conteúdo
50	03FE4938-c	Despacho SEI-GDF DER-DF/DG/ASSESP	SUOBRA	Comunicação interna
51	B4E3883C-c	Despacho SEI-GDF DER-DF/DG/SUOBRA	ASSESP	Apenas cita documento <b>SEI nº 27008361</b>
52	06AE0E26-c	Despacho - DER-DF/DG/ASSESP	Eng. Elcy Osório	Comunicação interna
53	DF884D2B-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN	DIFIS	Comunicação interna
54	62350213-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN/DIFIS	GECOP	Comunicação interna
55	B104D2E3-c	Despacho - DER-DF/DG/ASSESP	SUTEC	Comunicação interna
56	6D72D6F0-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTEC	DITEC	Comunicação interna
57	B45495FD-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN/DIFIS/GECOP	DIFIS	Resposta ao item “III.c” da Decisão
58	7C67DCD0-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN/DIFIS	SUTRAN	Apenas encaminha Despacho da peça 57



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

peça	eDOC	Documento	Destinatário	Conteúdo
59	170C19C7-c	Despacho - DER-DF/DG/ <b>SUTRAN</b>	ASSESP	Encaminha Despacho da peça 57 + Informações sobre o item “II.g” da Decisão
60	A011D8C3-c	Despacho - DER-DF/DG/SUTEC/ <b>DITEC</b>	SUTEC	Resposta aos itens II.b, II.c, II.f (2) da Decisão
61	CE2A5ACA-c	Despacho - DER-DF/DG/ <b>SUTEC</b>	ASSESP	Encaminha Despacho peça 60 + complementa informações
62	C48AD4F6-c	Despacho - DER-DF/DG/ <b>ASSESP</b>	Diretoria Geral	Consolida informações das áreas técnicas
63	17BB0406-c	Ofício Nº 88/2020 - DER-DF/DG/ASSESP	<b>TCDF</b>	Encaminha as informações das áreas técnicas e informa que as atividades e tarefas implantadas estão no <b>SEI nº. 39770655</b>

**Fonte:** Peças 50 a 63 do Processo nº 6125/2016

16. A peça 51 cita como resposta um **documento SEI**, sem, contudo, ter sido direcionado a este Tribunal, razão pela qual desconhecemos seu conteúdo.

17. Tal conduta contraria a Decisão nº 1033/2019, item “V”, dirigida a todo o Complexo Administrativo do GDF, que, *“quando se referirem a peças constantes do SEI, encaminhem a íntegra de todos os documentos referenciados em suas manifestações ou insiram, ao final da manifestação, tabela contendo o número verificador dos documentos (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis”*.

18. A peça 61, além de encaminhar o Despacho da peça 60, complementa listando uma série de processos em trâmite naquela Superintendência Técnica, que *“se correlacionam ao tema objeto da DECISÃO TCDF”* sem identificar a que item da decisão estão se referindo.

19. Mesmo o Ofício (peça 63), expediente próprio para comunicação oficial entre os órgãos, e **o único cujo destinatário é o TCDF**, tratou do mero encaminhamento das diversas manifestações das áreas técnicas do DER/DF, sem mencionar que a consolidação das informações se encontrava na peça 62. Ademais, assim como o documento da peça 51, refere-se a documento SEI sem o devido envio a esta Corte.

20. Em respeito a seus jurisdicionados, neste Tribunal, toda a documentação encaminhada é devidamente analisada por sua equipe técnica, que no caso específico, debruçou-se sobre 13 documentos que pouco ou nada agregaram para o cumprimento da diligência em questão, desperdiçando preciosos esforços na leitura e tratamento das informações prestadas.

21. Logo, cumpre esclarecer ao titular do DER/DF, que a relação do Tribunal é com a Autarquia e não com cada um dos seus setores, isoladamente, de modo que o mero encaminhamento de documentos de diversas áreas da sua estrutura não se presta ao pleno atendimento às deliberações deste Tribunal, conforme já mencionado nas Decisões nº 5493/2017, 5644/2017 e 689/2018.

### **III. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “II.a” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*“II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

a) implementação de inventário completo dos elementos geradores de serviços de conservação, mantendo registro atualizado e sistemático de todos os elementos (Achado 01); “

Reiterada pela Decisão nº 2771/2019, item “III.a”:

“III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF que: a) com o objetivo de pleno atendimento do item “II.a” da Decisão nº 2476/2014, adote as medidas cabíveis para fins de implementar completamente o inventário, corrigir as inconsistências nos seus registros e proceder a atualização e revisão dos elementos já cadastrados, conforme rotinas previstas na Instrução Normativa DER/DF nº 36/2017;”

### III.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>6</sup>

22. Em informações prestadas pela Superintendência de Obras (SUOBRA) consta o cadastro informatizado dos elementos rodoviários no SAM<sup>7</sup>, que recebeu reforço por meio de aplicativo via mobile (APP) para facilitar o cadastramento e atualização dos dados.

**Figura 3: Tela de consulta e cadastro dos elementos rodoviários no SAM**

Código	Elemento	Rodovia	Trecho	km inicial	km final	Lado
53619	Tacha - Monodirecional - braca - DF085 - km: 0 lado C	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	5,800	Central
53620	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,077	Esquerda
53621	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,070	Direito
53616	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,077	Esquerda
53617	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,061	Direito
53618	Tacha - Monodirecional - braca - DF085 - km: 0 lado C	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	5,800	Direito
54938	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,028	0,097	Arrebita

Fonte: Peça 62, fls. 2 – eDOC C48AD4F6-c.

<sup>6</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 1/3 – eDOC C48AD4F6-c).

<sup>7</sup> Sistema Informatizado de Administração da Manutenção Rodoviária.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

**Figura 4: Tela de aplicativo mobile - Roadmaps**

**Fonte:** Peça 62, fls. 2 – eDOC C48AD4F6-c.

23. Visando a correção de lançamentos equivocados realizados em inventários anteriores, foi iniciado em 2020 levantamento mais detalhado, com georreferenciamento e imagens de localização por meio do “app” mencionado anteriormente, cadastrados por colaboradores contratados e treinados para esse fim.

24. Adicionalmente vem sendo utilizado um veículo para vídeogeorreferenciamento dos mais de 1.100km da malha pavimentada, cujos dados são processados pela empresa Softplan, com conclusão prevista para agosto/2020.

25. Exemplifica o levantamento realizado na rodovia DF 085 (Estrada Parque Taguatinga – EPTG) que resultou no cadastro de 3.087 elementos rodoviários.

### **III.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO**

26. É possível observar importantes avanços, especialmente tecnológicos, que contribuirão para implementação e atualização periódica do inventário de elementos rodoviários.

27. Os esforços demonstrados para correção dos lançamentos equivocados nos levam a crer no atendimento desse item pelo DER. Contudo, a efetiva implantação, bem como a análise de possíveis inconsistências somente será viável por meio de novo monitoramento.

28. Desse modo, sugere-se considerar cumprida a diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, restando a avaliação do efetivo resultado da determinação objeto do item “II.a” da Decisão nº 2476/2014 para uma futura fiscalização em sede de monitoramento.

## **IV. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “II.b” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*

*b) adoção de procedimentos padronizados para a realização do monitoramento do estado de conservação das rodovias, bem como para o*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

*registro formal e permanente das falhas detectadas no pavimento e das intervenções realizadas (Achado 01 e 06);*

#### IV.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>8</sup>

29. Trata-se de resposta conjunta da Superintendência de Obras (SUOBRA), responsável pelos serviços “de conservação/manutenção” e da Superintendência Técnica, a cargo “de reconstrução ou aumento da vida útil” dos pavimentos.

30. A SUOBRA, utiliza-se do método “Levantamento visual contínuo para avaliação da superfície de pavimentos flexíveis e semi-rígidos<sup>9</sup>”, cujos resultados são lançados no SAM.

**Figura 5: Tela de cadastro de condições visuais do pavimento no SAM**

Código	Elemento	Rodovia	Trecho	km inicial	km final	Lado
53619	Tacita - Monodirecional - braço - DF085 - km: 0 lado C	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	5,800	Central
53620	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,077	Esquerda
53621	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,070	Direito
53616	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,077	Esquerda
53617	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	0,061	Direito
53618	Tacita - Monodirecional - braço - DF085 - km: 0 lado C	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,000	5,800	Direito
54938	Defensas de Concreto (New Jersey e similares) - Fixa	DF085	ENTR. DF-003 (EPJA) - ENTR. DF-087 (EPVL)	0,028	0,097	Arrebita

Fonte: Peça 62, fls. 4 – eDOC C48AD4F6-c.

31. Tais dados são utilizados pelo sistema para apresentação de soluções de manutenção/conservação, de acordo com a nota aplicada.

32. Dessa forma, a SUOBRA realiza seu **Planejamento Anual** das conservações/manutenções nos pavimentos.

33. Já a Superintendência Técnica (SUTEC), cuja responsabilidade reside na reconstrução e aumento da vida útil dos pavimentos, queixa-se da crescente demanda e reduzido quadro de servidores com aptidão técnica específica em pavimentos, justificando assim a pequena quantidade de Levantamentos realizados para identificação de patologias funcionais e estruturais.

34. O levantamento de Patologias Estruturais está vinculado, principalmente, a demandas para realização de projetos de restauração, com a finalidade de nortear os reparos necessários.

<sup>8</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 3/6 – eDOC C48AD4F6-c).

<sup>9</sup> Norma DNIT 008/2003 – PRO – o mesmo que LVP (Levantamento Visual do Pavimento)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

35. Alega utilizar-se de procedimentos padronizados constantes dos normativos do DNER, DNIT, ABNT e dos DERs<sup>10</sup> para verificação do estado de conservação das rodovias, apontando as patologias existentes na superfície e estrutura dos pavimentos, de modo a nortear os reparos necessários.

36. Por fim elenca os recentes levantamentos realizados e as normas correspondentes:

**Tabela 4: Levantamentos realizados com respectivas normas utilizadas**

Rodovia	Processo SEI	Levantamentos
DF-463 – (Sentido São Sebastião para a DF-001)	00113-00022010/2019-56	VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO
DF-345 – (BR-020/DF-230)	00113-00004206/2020-01	VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO
DF-002 (Eixo Rodoviário NORTE/SUL)	0113-028422/2017	TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO
DF-087	0113-004511/2015	VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO
DF-473	00113-00023836/2018-51	VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO
DF-001 (Trecho: Balão do Recanto das Emas até Viaduto do Periquito)	00113-00005805/2020-33 (Em andamento)	VIGA – DNER-ME 024/94 LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO
DF-001 – (LAGO OESTE 1º E 2º ETAPAS)	00113-00018959/2019-51 (Rodovias recentemente restauradas)	LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO
DF-095 (ESTRUTURAL)	00113-00014953/2019-13	VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO
DF-001 (PISTÃO NORTE) – EM ANDAMENTO		VIGA – DNER-ME 024/94 TRELIÇA – NORMA DNIT 006/2003 – PRO LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO
DF-463 (SENTIDO DF-001 para São Sebastião)	00113-00007539/2020-83 (Rodovia recentemente pavimentada)	LEVANTAMENTO VISUAL CONTÍNUO COM BASE NAS NORMATIVAS: DNIT 005/2003-TER E NORMA DNIT 008/2003 – PRO

**Fonte:** Despacho - DER-DF/DG/SUTEC/DITEC (Peça 60 – eDOC A011D8C3-c) e Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 5/6 – eDOC C48AD4F6-c).

## IV.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

37. Observa-se que muito se deposita no SAM para cumprimento dos itens impostos por esta Corte.

38. Em que pese se trate de um sistema aparentemente robusto e preparado para atender as demandas gerenciais do DER, é importante frisar que sua utilidade depende do cadastramento de dados coletados por meio dos levantamentos, que, conforme mencionando pela Jurisdicionada, é onde residem suas maiores dificuldades.

39. Uma vez que as informações foram prestadas, conforme solicitado pela diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, somos por seu cumprimento, sem, todavia,

<sup>10</sup> DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. DERs – Departamentos de Estrada de Rodagem estaduais.



deixar de registrar que a verificação do efetivo implemento do item “II.b” da Decisão nº 2476/2014 se dará em sede de novo monitoramento, a ser realizado em momento oportuno.

**V. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “II.c” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*“II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*

*c) implantação de metodologia única e abrangente para a realização de avaliações objetivas, consistentes e periódicas do estado de conservação das rodovias do SRDF, permitindo verificar o histórico do estado de conservação das rodovias e identificar o rol de rodovias cujo ciclo de vida útil já foi ultrapassado ou encontra-se próximo do seu final, além de manter relação atualizada do grau de serventia das rodovias (Achado 01 e 06);“*

*Reiterada pela Decisão nº 2771/2019, item “III.b”:*

*“b) com o objetivo de pleno atendimento do item “II.c” da Decisão nº 2476/2014, adote as medidas cabíveis para fins de implantação de metodologia única e abrangente para a realização de avaliações subjetivas do estado de conservação das rodovias, de maneira consistente e periódica, bem como das avaliações objetivas quando a metodologia indicar;“*

**V.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>11</sup>**

40. Adicionalmente ao apresentado pela SUOBRA em resposta ao item “II.b”, onde menciona os LVP<sup>12</sup> realizados para alimentação do SAM, a Superintendência Técnica remete à implantação do Sistema de Gerenciamento de Pavimentos (SGP) para responder a esse item da Decisão.

41. O Sistema tem como objetivo desviar-se da *“manutenção tradicional, baseado quase sempre na correção de problemas, para o sistema de manutenção planejada”* permitindo *“um trabalho de prevenção que prolongue a sua vida útil e garanta padrões mínimos de serviço em toda a malha que está sendo gerenciada”*.

42. Informa que todos os estudos necessários já foram realizados e o Termo de Referência<sup>13</sup> concluído, aguardando (desde junho/2019) disponibilização orçamentária para a licitação deste serviço.

43. Reforça que a gerência de pavimentos *“depende da monitorização periódica do pavimento, responsável pela obtenção de informações confiáveis sobre as características físicas da rodovia ao longo do tempo, e da administração dos dados obtidos”*.

**V.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO**

44. Assim como em resposta ao item “II.b”, atribui-se ao SAM a capacidade de atendimento aos itens determinados pelo Tribunal.

<sup>11</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 6 – eDOC C48AD4F6-c) e Despacho - DER-DF/DG/SUTEC/DITEC (Peça 60 – eDOC A011D8C3).

<sup>12</sup> LVP - Levantamento Visual do Pavimento. Norma DNIT 008/2003 – PRO.

<sup>13</sup> Processo SEI 0113-006879/2015.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

45. Adicionalmente, outro sistema, o SGP, vem somar-se ao SAM na missão de fazer cumprir o exigido por esta Corte.
46. Ocorre que o SGP se encontra, ainda, em fase embrionária de contratação, em que, sequer, a licitação foi lançada.
47. É inegável que a sistematização de procedimentos contribui para a padronização de metodologias e que se socorrer de ferramentas tecnológicas seja o caminho mais profícuo para atingi-la. Contudo, a alimentação correta e periódica desses sistemas é fundamental para alcançar tal objetivo.
48. Logo, ter os sistemas informatizados contratados e funcionais é apenas parte da solução, que depende de dados confiáveis para que possam ser, verdadeiramente, úteis.
49. Posto que o DER manifestou-se sobre o item, conforme demandado pela diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, sugere-se por seu cumprimento, frisando que a efetiva implantação do item “II.c” da Decisão nº 2476/2014 será objeto de novo monitoramento, a ser realizado em momento oportuno.

**VI. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “II.f” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*

*f) elaboração de Plano de Trabalho Anual de Conservação, com base nos procedimentos a seguir delineados, de modo a orientar a atuação da entidade e subsidiar o planejamento orçamentário anual (Achados 02, 03 e 06):*

- 1) diagnóstico das demandas de conservação rodoviária, por meio da definição da quantidade de trabalho que se pretende aplicar durante o ano a cada elemento constante do inventário (níveis de esforço);*
- 2) avaliação da vantajosidade da intervenção conservativa frente à realização de restauração ou recuperação da rodovia, nos moldes dos procedimentos mapeados no fluxograma 3 do Relatório Final de Auditoria;*
- 3) identificação dos custos unitários, possibilitando a estimativa de gastos anual para realização do plano de conservação;*

**VI.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>14</sup>**

50. Relata que as informações partem conjuntamente da SUOBRA e SUTEC e, conforme já mencionado, o SAM “*trabalha com a criação de carga anual de serviços, como do Plano de Trabalho Anual de Conservação, gerado automaticamente “a cada virada do ano cível baseado nos levantamentos realizados”, derivando tanto do “inventário rodoviário dos elementos, como do LVP”.*

---

<sup>14</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 7/10 – eDOC C48AD4F6-c).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

**Figura 6: Tela de cálculos de quantitativos**

Fonte: Peça 62, fls. 8 – eDOC C48AD4F6-c.

51. O Sistema conta com “níveis de esforço pré-estabelecidos” que permite “a estimativa de gastos anual para realização do plano de conservação” sendo o custo baseado nas tabelas SICRO ou SINAPI.

52. Já a SUTEC<sup>15</sup> condiciona o atendimento desse item da Decisão tanto à implantação do Sistema de Gerenciamento de Pavimentos (SGP) quanto à atuação da SUOBRA no que diz respeito à conservação das rodovias.

53. Tal Sistema “tem por objetivo aperfeiçoar a locação de recursos para a manutenção e reabilitação de pavimentos, prevendo a evolução da condição do pavimento e estimando datas e os custos das atividades de manutenção e reabilitação”.

54. Uma vez o Sistema implementado, alega ainda ser possível avaliar a vantajosidade de determinado tipo de intervenção.

55. Enquanto o SGP não se torna realidade, a SUTEC se mantém realizando estudos e levantamentos para identificação de patologias funcionais e estruturais, conforme relatado nos §§ 33 a 35 desta Informação.

56. Acrescenta ainda diversos procedimentos abertos para melhoria de toda a malha:

**Tabela 5: Recuperação de Rodovias - Processo SEI 00040-00008192/2020-13**

Ações	Status
Termo de Referência para contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de avaliação dos pavimentos, inventários, implantação e operação de Sistema De Gerência De Pavimentos (SGP). Processo SEI 0113-006879/2015.	Determinação do TCDF. Documentos do processo licitatório prontos, restando atualizar orçamento e licitar.
Elaboração de projeto executivo de engenharia para restauração de pavimento da via central em ambos os sentidos e adequação das vias marginais da rodovia DF-001 (pistão sul) - trecho desde a DF-075 (EPNB) a DF-085 (EPTG). Processo SEI 00113-00018283/2019-04	Ordem de Serviço para a realização dos projetos executivos. Com sua conclusão, poderá ser realizada a licitação para contratação das obras
Contratação de elaboração do projeto executivo de engenharia para restauração da infraestrutura viária da rodovia distrital DF-011 (EPIC), no segmento compreendido do entroncamento com a DF-085 (EPTG) ao eixo monumental. Processo SEI 00113-00016787/2019-81	Ordem de Serviço para a realização dos projetos executivos. Com sua conclusão, poderá ser realizada a licitação para contratação das obras

<sup>15</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 8/10 – eDOC C48AD4F6-c) e Despacho - DER-DF/DG/SUTEC/DITEC (Peça 60 – eDOC A011D8C3).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

Ações	Status
<p>Elaboração dos Projetos Básico-Executivo para a Implantação do Anel Viário do DF:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Restauração da rodovia DF-001 (EPCT - ÁREA ALFA), desde a rodovia BR-040 até a DF-140 (Rodovia Diogo Machado);</li> <li>Restauração da rodovia DF-180, no trecho entre a rodovia BR-060 até a DF-290;</li> <li>Restauração da Rodovia DF-205, desde a CIPLAN até a rodovia DF-150.</li> </ul> <p>Processo SEI 0113-000942/2014</p>	Falta empenho ao Contrato para que a empresa retorne os trabalhos e entregue os projetos.
<p>Implantação da 3ª (terceira) faixa de tráfego na rodovia BR-020, no trecho entre a Interseção do Colorado/Sobradinho até Planaltina-DF.</p> <p>Processo SEI 00113-00004052/2020-49</p>	Termo de Referência e Orçamento em elaboração pela SUTEC.
<p>Restauração do pavimento da rodovia DF-463 - pista leste, no trecho entre São Sebastião e a DF-001 (EPCT) - Jardim Botânico.</p> <p>Processo SEI 00113-00022010/2019-56</p>	Trabalhos e projetos realizados por Administração direta da SUTEC em fase de conclusão.
<p>Adequação e conclusão do Projeto Básico e a elaboração de Projeto Executivo de engenharia e EIA/RIMA – PBA'S, destinado à implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Recanto Das Emas (I e II), Riacho Fundo I e II, Samambaia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto, nas rodovias distritais DF-001 (EPCT) e DF-075 (EPNB) – corredor eixo sudoeste:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Restauração da DF-001 (EPCT)/DF-075 (EPNB) desde a BR-040 até o pistão sul e com término na DF-003 (EPIA);</li> <li>Restauração DF-001 (EPCT) desde a BR-040 passando pelo Recanto Das Emas até o Balão Do Periquito na DF-480.</li> </ul> <p>Processo SEI 00113-00001892/2018-35</p>	Projetos em elaboração por empresa contratada.
<p>Restauração do pavimento da rodovia DF-001 - Pistão Norte (EPCT), no trecho compreendido entre a rodovia DF-085 (EPTG) e a rodovia DF-095 (EPCL).</p> <p>Processo SEI 00113-00007078/2020-49</p>	Trabalhos e projetos realizados por Administração direta da SUTEC em fase de conclusão.
<p>Contratação do projeto executivo de restauração do pavimento da rodovia DF-004 (Estrada Parque Das Nações), no trecho compreendido entre as rodovias DF-002 (ERS)/DF-051 (EPGU)/DF-047 (EPAR) e o TTN - Trevo De Triagem Norte.</p> <p>Processo SEI 00113-00004218/2020-27</p>	Termo de Referência e Orçamento em elaboração pela SUTEC.
<p>Restauração do pavimento da rodovia DF-095 (EPCL), no trecho compreendido entre a DF-003 (EPIA) e a DF-001 (EPCT).</p> <p>Processo SEI 00113-00014953/2019-13</p>	Trabalhos e projetos realizados por Administração direta da SUTEC em fase de conclusão.

**Fonte:** Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 9/10 – eDOC C48AD4F6-c).

## VI.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

57. A conservação/manutenção, responsabilidade da SUOBRA, se apoia no SAM para seu Planejamento Anual, em que, além dos serviços a serem executados, oferece estimativa de gastos para execução do plano de conservação.

58. A SUTEC, por sua vez, baseia-se nos poucos levantamentos que tem conseguido realizar para identificação de patologias funcionais e estruturais, na expectativa da contratação do SGP para permitir avaliar a vantajosidade das intervenções.

59. A situação atual, especialmente da SUTEC, não difere muito da encontrada pela equipe técnica, por oportunidade do 2º monitoramento, em 2019.

60. Entendemos como cumprida a diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, todavia, a efetiva implantação dos procedimentos e formulários previstos no “Manual de



Planejamento e Procedimentos das Atividades de Conservação Rodoviária” (item “II.f” da Decisão nº 2476/2014) carece de confirmação, que se dará por meio de nova fiscalização.

## **VII. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “II.g” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*II – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que adote as medidas cabíveis para fins de:*

*g) estruturação e instalação de postos de pesagem visando à implementação da fiscalização dos veículos que trafegam nas rodovias do Distrito Federal (Achado 05);*

### **VII.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>16</sup>**

61. A Superintendência de Trânsito informou que as balanças de pesagem para fiscalização de veículos encontram-se contempladas no projeto proposto, por meio de concessão pública, para remoção, guarda e leilão de veículos. A proposta prevê ainda a implantação de sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica.

62. Afirma que a documentação se encontra em processo de análise final pelo TCDF e que, tão logo seja aprovado, será dado prosseguimento para a fase de licitação.

### **VII.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO**

63. A solução proposta corresponde a “13 (treze) pontos fixos de captura de dados dos veículos que trafegam (pesagem dinâmica), operando em regime ininterrupto, coletando dados da condição de rodagem em termos de peso transportado. Há também previsão de uma unidade de pesagem móvel, contando com equipamento de pesagem portátil aferido pelo INMETRO, disponibilizada para operações de controle e fiscalização<sup>17</sup>”.

64. Prevê ainda, além de postos de pesagem, o gerenciamento de pátios de veículos e a geração de energia elétrica por fonte alternativa.

65. As tratativas têm sido conduzidas no Processo SEI 00113.00005631-2018-94 e a análise da concessão pelo Tribunal<sup>18</sup> é objeto do Processo nº 10420/2019, que, em sua última assentada, proferiu, em 03/06/2020, a Decisão nº 1931/2020:

“(…)

*II – considerar parcialmente cumprida a diligência constante do inciso II do Despacho Singular nº 47/2020-GCMA (Peça 47);*

*III – determinar à Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB e ao Departamento de Estradas de Rodagem do DF – DER que condicionem a abertura dos procedimentos licitatórios da concessão em exame à aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica – PELO nº 023/2019 e do Projeto de Lei – PL nº 808/2019, que tramitam na Câmara Legislativa do DF – CLDF;”*

66. Diante do estágio em que se encontra a concessão em tela, sugere-se a adoção de medidas alternativas para fiscalização do peso dos veículos enquanto não implantados

<sup>16</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSEPR (Peça 62, fls. 7 – eDOC C48AD4F6-c) e Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN (Peça 59 – eDOC 170C19C7).

<sup>17</sup> Relatório d0 2º Monitoramento (Peça 10, fls. 53 – eDOC 0DFDB535).

<sup>18</sup> Resolução TCDF nº 290/2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

os postos de pesagem, como previsto na recomendação do item “IV” da Decisão nº 99/2017.

*“IV – recomendar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal –DER/DF que adote medidas alternativas para fiscalização do peso dos veículos, enquanto não implantados os postos de pesagem;”*

67. Uma vez que as informações foram prestadas pelo DER, considera-se cumprida a diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, contudo, propõe-se a reiteração do item “IV” da Decisão nº 99/2017.

## **VIII. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “III.a” DA DECISÃO Nº 2476/2014**

*III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que, doravante:*

*a) elabore programação operacional das atividades de conservação (mensal e semanal) formalmente registrada, contendo informações referentes aos responsáveis, recursos necessários, prazos e locais de realização dos trabalhos (Achado 03);*

### **VIII.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>19</sup>**

68. Reafirma que as tarefas de manutenção/conservação das rodovias são de responsabilidade da SUOBRA, operacionalizadas por meio dos Distritos Rodoviários, *“que programam as operações mensalmente com desenvolvimento semanais”*.

69. Reforça que toda a *“metodologia é disposta no Manual de Planejamento e Conservação do DER, sendo controlado pelo SAM”*, que dispõe de módulo específico para esse fim.

**Figura 7: Tela de consulta e cadastros de Programações Mensais no SAM**

**Consulta de Programação**

**Parâmetros de Consulta**

Distrito\*: 40 DR QUARTO DISTRITO RODOVIÁRIO

Ano: 2020

Ordem de serviço: --Selecione--

Modalidade: --Selecione--

N° contrato:

Empresa:

Período: 01/01/2020 a 31/05/2020

**Resultado da Consulta**

Ano	N° programação	Modalidade	N° contrato	Período inicial	Período final
2020	1	Administração Direta		01/01/2020	31/01/2020
2020	2	Administração Direta		01/02/2020	29/02/2020
2020	3	Administração Direta		01/03/2020	31/03/2020
2020	4	Administração Direta		01/04/2020	30/04/2020
2020	5	Administração Direta		01/05/2020	31/05/2020

<sup>19</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 10/13 – eDOC C48AD4F6-c).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

**Figura 8: Tela de cadastro e consulta de Programação de Manutenções – O.S (Semanais)**

Fonte: Peça 62, fls. 11 – eDOC C48AD4F6-c.

70. Destaca que todos os serviços realizados são formalmente registrados no módulo “Execução dos Serviços”, contendo informações referentes aos responsáveis pela execução, recursos necessários, prazos e locais de realização dos trabalhos, conforme ilustrado nas figuras a seguir.

**Figura 9: Tela de cadastro diário de Execução de Serviços**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

**Figura 10: Tela de consulta de Execução de Serviços**

Fonte: Peça 62, fls. 12 – eDOC C48AD4F6-c.

71. Informa que mesmo que o serviço a ser executado exceda o prazo semanal, todos os lançamentos são realizados diariamente. Dessa forma, os dados que compõem a Ordem de Serviço (O.S) permitem a totalização dos custos de realização do serviço, como demonstra a figura a seguir:

**Figura 11: Relatório Diário de Execução de Serviços**

Fonte: Peça 62, fls. 13 – eDOC C48AD4F6-c.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

72. Acrescenta ainda que o SAM dispõe de inúmeros relatórios e meios de extração de dados, tanto para os serviços planejados como para os executados ou mesmo em execução e que o grau de detalhamento permitido pelo Sistema excede o determinado por esta Corte, razão pela qual considera que “*este item está integralmente cumprido*”.

## VIII.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

73. O SAM tem sido apresentado como importante ferramenta para gerenciamento das atividades de conservação rodoviária. Contudo, como mencionado diversas vezes ao longo desta Informação, alimentá-lo de dados confiáveis e com periodicidade razoável é fundamental para que se preste ao fim que se propõe.

74. Por ocasião do 2º monitoramento, em abril/2019, o SAM já se encontrava implementado. As inconsistências apontadas pela equipe técnica se deram justamente no cadastramento dos serviços constante das programações operacionais (semanal e mensal), que, diferente do esperado, se davam após sua execução.

75. A comprovação do efetivo cumprimento do item “III.a” da Decisão nº 2476/2014 depende de avaliação minuciosa dos dados disponíveis no SAM, possível apenas em nova fiscalização.

76. Todavia, quanto à diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, que determinou o encaminhamento ao Tribunal das medidas adotadas, entendemos por atendida.

## IX. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM “III.c” DA DECISÃO Nº 2476/2014

*III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que, doravante:*

*c) promova fiscalização complementar da pesagem de veículos por meio de informações declaradas em nota fiscal (Achado 05);*

### IX.1 MANIFESTAÇÃO DO DER<sup>20</sup>

77. Em resposta, a Gerência de Controle Operacional (GECOP) informou que as fiscalizações por excesso de peso, em 2019, totalizaram 31 operações e apenas 5 operações em 2020<sup>21</sup>.

**Tabela 6: Operações realizadas pela GECOP em 2020**

	Blitz-Cargas e Dimensões e Produtos perigosos	Blitz alcoolemia	Blitz conjunta DER/ SSP	Blitz- veículos Diversos/Motocicletas	Operações conjuntas postos de vacinação DER/SSP/SESDF	Operações POSTO DE TESTAGEM DER/SESDF	Operações conjuntas DIDON/DIFIS/SESDF	OPERAÇÕES CAISP - PD e Fiscalização	Operações conjuntas DER/SSP	OPERAÇÕES DE APOIO DER/EMPRESAS PRIVADAS
JAN	2	0	1	2	0	0	0	15	0	108
FEV	2	14	1	17	0	0	0	17	4	147
MAR	1	1	0	3	5	0	0	33	7	153
ABR	0	0	0	0	25	15	12	27	25	194
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>60</b>	<b>36</b>	<b>602</b>

**Fonte:** Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN/DIFIS/GECOP (Peça 57 – eDOC B45495FD).

<sup>20</sup> Despacho - DER-DF/DG/ASSESPR (Peça 62, fls. 13/14 – eDOC C48AD4F6-c) e Despacho - DER-DF/DG/SUTRAN/DIFIS/GECOP (Peça 57 – eDOC B45495FD).

<sup>21</sup> Infere-se que os dados referentes a 2020 sejam do período de janeiro a abril/2020, posto que o Despacho data de 28 de abril de 2020.



78. Justifica o baixo quantitativo de 2020 pelo efetivo de pessoal aquém do necessário para realização das atividades do Departamento, que recebe várias demandas relacionadas “à *Fiscalização de Trânsito, Mobilidade e Segurança*”, além das realizadas “*cotidianamente para garantir fluidez e Segurança Viária*”.

79. Acrescenta que em janeiro/2020 a equipe estava em função das operações de apoio a obras junto ao DER. Em fevereiro/2020, em razão do Carnaval, o foco se deu às operações “*Álcool Zero*”. A partir de março/2020, com a pandemia de COVID-19, priorizou-se as ações com os demais órgãos de segurança pública e saúde, como o ordenamento “*do trânsito nas proximidades dos locais de Campanhas de Vacinação contra a H1N1 e nos locais de testagem para detecção do COVID-19*”, além das operações “*de combate à dengue, que ocorre anualmente, neste período.*”

80. Conclui que segue atualizando os agentes “*para que tão logo esse problema de saúde mundial seja solucionado*” possam retornar às operações mensais de fiscalização por excesso de peso.

## IX.2 ANÁLISE DO CORPO TÉCNICO

81. Conforme apontado na auditoria (2013) e nos dois monitoramentos realizados (2016 e 2019), a fiscalização de peso dos veículos não aparece dentre as prioridades do DER.

82. O “Caderno Diagnóstico e Estudos Preliminares<sup>22</sup>” do processo<sup>23</sup> que trata da solução para postos de pesagem no DER/DF por meio de concessão de serviço público, demonstra a importância do controle do peso dos veículos quando afirma:

*“O tráfego de veículos com peso em excesso é um dos maiores responsáveis pelos danos no pavimento das rodovias.*

*Estudos revelam que um excesso médio de 10% de peso por eixo reduz em até 40% a vida útil projetada para o pavimento, (...).*

*(...)*

*Com as vias deterioradas o consumo e o deslocamento se tornam cada vez mais onerosos, **aumentando o índice de acidentes** e diminuindo a rentabilidade dos transportes”. (grifo nosso)*

83. Diante do estágio em que se encontra o processo de concessão do serviço de pesagem, tratado nos §§ 63 a 65 desta Informação, sugere-se dar como cumprida a diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019 e reiterar a recomendação trazida pelo item “IV” da Decisão nº 99/2017, quanto ao uso de medidas alternativas para fiscalização dos veículos.

## X. CONCLUSÃO

84. A Jurisdicionada encaminhou, em resposta à diligência do item IV da Decisão nº 2771/2019, uma série de documentos juntados ao processo por meio das peças de números 50 a 63.

85. Ao total, são 14 (quatorze) documentos distintos, dentre os quais, 8 (oito) tratam de comunicação interna da Jurisdicionada ou de simples direcionamento de outros expedientes.

<sup>22</sup> PT 10, fl. 30, eDOC 21A88B4E.

<sup>23</sup> Processo SEI 00005631/2018-94.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

86. Apenas 1 (um)<sup>24</sup> dos documentos tem como destinatário o Tribunal de Contas do DF, que, por sua vez, limitou-se à remessa dos diversos Despachos internos.
87. Ademais, em algumas ocasiões<sup>25</sup>, são mencionados documentos SEI, sem, contudo, terem sido direcionados à esta Corte para análise, em flagrante descumprimento ao item “V” da Decisão nº 1033/2019.
88. Em respeito a seus jurisdicionados, neste Tribunal, toda a documentação encaminhada é devidamente analisada por sua equipe técnica, que no caso específico, debruçou-se sobre 13 documentos que pouco ou nada agregaram para o cumprimento da diligência em questão, desperdiçando preciosos esforços na leitura e tratamento das informações prestadas.
89. Logo, cumpre esclarecer ao titular do DER/DF, que a relação do Tribunal é com a Autarquia e não com cada um dos seus setores, isoladamente, de modo que o mero encaminhamento de documentos de diversas áreas da sua estrutura não se presta ao pleno atendimento das deliberações deste Tribunal, conforme já mencionado nas Decisões nº 5493/2017, 5644/2017 e 689/2018.
90. Deve-se esclarecer também quanto ao respeito à Decisão nº 1033/2019, “V”, dirigida a todo o Complexo Administrativo do GDF, de modo que, *“quando se referirem a peças constantes do SEI, encaminhem a íntegra de todos os documentos referenciados em suas manifestações ou insiram, ao final da manifestação, tabela contendo o número verificador dos documentos (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis”*.
91. Superada a observação quanto à forma de prestar seus esclarecimentos, seguimos às respostas apresentadas pela Jurisdicionada.
92. De maneira geral, o DER/DF deposita suas expectativas de cumprimento das deliberações desta Corte na implementação dos sistemas SAM (Sistema de Administração da Manutenção), SGP (Sistema de Gerência de Pavimentos) e na contratação, via concessão de serviço público, de pátios de pesagem de veículos.
93. Ocorre que o SGP se encontra, ainda, em fase embrionária de contratação, em que a licitação, sequer, foi lançada.
94. Já o incremento da fiscalização da pesagem de veículos, por meio da concessão dos postos de pesagem, depende de aprovação de emenda à Lei Orgânica do DF e de Lei Ordinária autorizando a delegação de tais serviços.
95. É inegável que a sistematização de procedimentos contribui para a padronização de metodologias e que se socorrer de ferramentas tecnológicas seja a solução mais eficiente. Contudo, a alimentação correta e periódica desses sistemas é fundamental para alcançar tal objetivo.
96. Exemplo disso é que, por ocasião do 2º monitoramento, em abril/2019, o SAM já se encontrava implementado e as inconsistências apontadas pela equipe técnica se deram justamente nos dados cadastrados, sejam de elementos rodoviários do inventário, sejam de serviços a serem executados.

<sup>24</sup> Ofício Nº 88/2020 - DER-DF/DG/ASSESP (Peça 63 – eDOC 17BB0406-c).

<sup>25</sup> Despacho SEI-GDF DER-DF/DG/SUOBRA (Peça 51 - eDOC B4E3883C-c) e Ofício Nº 88/2020 - DER-DF/DG/ASSESP (Peça 63 – eDOC 17BB0406-c).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

97. Logo, dispor de sistemas informatizados contratados e funcionais é apenas parte da solução, que depende de dados confiáveis para que possam ser, verdadeiramente, úteis.

98. Acerca da diligência do item “IV” da Decisão nº 2771/2019, que determinou o encaminhamento ao Tribunal das medidas adotadas, somos por seu cumprimento, sem, todavia, deixar de registrar que o efetivo implemento dos itens “II.b”, “II.f”, “II.g”, “III.a” e “III.c” da Decisão nº 2.476/2014 se dará em sede de novo monitoramento, a ser realizado em momento oportuno.

99. Por fim, quanto à fiscalização de pesagem, diante do estágio em que se encontra o processo de concessão do serviço, sugere-se reiterar a recomendação trazida pelo item “IV” da Decisão nº 99/2017, acerca da adoção de medidas alternativas de controle do peso dos veículos, enquanto não implantados os postos de pesagem.

## **XI. SUGESTÕES**

100. Por todo o exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal:

- I. tomar conhecimento:
  - a. dos documentos encaminhados pela Jurisdicionada – peças nº 50 a 63;
  - b. da presente Instrução;
- II. considerar cumprida a diligência constante do item “IV” da Decisão nº 2771/2019;
- III. reiterar ao titular do DER/DF a recomendação constante no item “IV” da Decisão nº 99/2017, para que adote medidas alternativas para a fiscalização do peso dos veículos, enquanto não implantados os postos de pesagem;
- IV. alertar ao titular do DER/DF que:
  - a. o efetivo cumprimento dos itens “II.a”, “II.b”, “II.c”, “II.f”, “II.g”, “III.a” e “III.c” da Decisão nº 2.476/2014 se dará em sede de novo monitoramento, em momento oportuno;
  - b. a relação do Tribunal é com a Autarquia e não com cada um dos seus setores isoladamente, de modo que o mero encaminhamento de documentos de diversas áreas da sua estrutura não se presta ao pleno atendimento às deliberações desta Corte;
  - c. em cumprimento à Decisão nº 1033/2019, “V”, quando se referirem a peças constantes do SEI, encaminhem a íntegra de todos os documentos referenciados em suas manifestações ou insiram, ao final da manifestação, tabela contendo o número verificador dos documentos (número do SEI) e os respectivos códigos CRC, a fim de viabilizar o acesso ao inteiro teor desses documentos por meio das ferramentas de consulta públicas já disponíveis;
- V. autorizar:
  - a. a continuidade do monitoramento das ações realizadas pelo DER/DF, com o objetivo de atingir o pleno atendimento das deliberações desta Corte;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
DIGEM2

- b. a disponibilização desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao DER/DF;
- c. o retorno dos autos à SEGEM para as providências cabíveis.

À consideração superior.

**Cinthia Thomazi**  
ACE – Mat. 1421-3

Senhor Secretário,

Pondo-me de acordo com o Relatório, submeto os presentes autos à consideração de Vossa Senhoria.

Em 30 de julho de 2020.

**David da Silva de Araújo**  
Diretor